

## **A HISTÓRIA DAS FORTALEZAS CATARINENSES NO SÉCULO XIX**

*Jefte Brandão Januário\**

**Resumo:** Este trabalho analisa a situação das fortalezas catarinenses no século XIX. A intenção é estudar como o governo catarinense usou todo esse sistema defensivo durante os anos oitocentos do século XIX, e o seu estado de defesa após a invasão espanhola em 1777-1778. Este artigo não é fruto apenas do meu esforço, mais ele foi elaborado graças a trabalhos já feitos sobre o tema, como por exemplo, da Thais Luzia Colaço, Maria de Fátima Fontes Piazza, Oswaldo Cabral, Eliane Veras da Veiga, Roberto Toner e tantos outros autores especialistas em fortificações e na história de Santa Catarina. O meu objetivo foi apenas agregar pequenas informações sobre o que já estava feito.

**Palavras-chaves:** Fortalezas catarinenses; Século XIX; Invasão espanhola; Santa Catarina.

**Resumo:** Este trabajo analiza la situación de las fortalezas catarinenses em el siglo XIX. La intención es averiguar como el gobierno catarinense usó todo este sistema defensivo durante los años oitocentos del siglo XIX, e su estado de defensa despues de la invasión española em 1777-1778. Este artículo no es fruto solo de mi esfuerzo, pero ello fue elaborado gracias a trabajos há hecho sobre el tema, como por ejemplo, de Thais Luzia Colaço, Maria de Fátima Fontes Piazza, Oswaldo Cabral, Eliane Veras da Veiga, Roberto Toner y muchos otros autores especialistas em fortificaciones y en la história de Santa Catarina. Mi objetivo fue solamente añadir pequeñas informaciones sobre lo que ya estaba hecho.

**Palabras-claves:** Fortalezas catarinenses; Siglo XIX; Invasión española; Santa Catarina.

\*\*\*

**A**o falar sobre a História dos Fortes e Fortalezas de Santa Catarina (Sul do Brasil) no século XIX, tentei abordar como se encontravam esses sistemas defensivos durante o Império (1808-1889), na cidade que era conhecida como Desterro (atual Florianópolis, capital catarinense). A pesquisa se limitou a comentar sobre as Fortalezas de Santa Cruz (Anhatomirim), São José da Ponta Grossa, Nossa Senhora da Conceição da Barra do Sul (Araçatuba), e os Fortes de São João do Estreito, Santana, Santa Bárbara, São Francisco e o Forte de São Luís.

A problemática levantada ao buscar as fontes (sendo de prioridade as fontes primárias, neste caso as cartas dos Engenheiros Militares aos Presidentes de Província, os jornais do século XIX, mas também fontes secundárias e bancos de dados na Internet) sobre essas construções militares, foi descobrir se estas estavam em desuso e abandonadas pelo poder público, devido a “ineficácia” dessas construções, como muitos hoje supõem.

Por que eu parto dessa problemática? Por que a historiografia regional construída mostra que depois da invasão espanhola na Ilha de Santa Catarina em 1777, as principais fortalezas do estado como Anhatomirim, Rationes e São José da Ponta Grossa, as três principais fortificações que ficavam na entrada da Barra Norte da Ilha, ficaram abandonadas tanto no final do século XVIII como em todo o século XIX. A mesma idéia também não

---

\* Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista do Projeto Fortalezas Multimídia, uma extensão de pesquisa da Universidade, coordenado pelo Arquiteto Roberto Toner. E-mail: [jeftebrandao@hotmail.com](mailto:jeftebrandao@hotmail.com).

difere muito sobre os demais sistemas defensivos que complementavam as três fortalezas já citadas.

O trabalho também apresenta alguns contextos históricos, nacionais e internacionais, relacionados com um evento ou data ligada à determinada fortaleza.

### **O estado das Fortalezas no século XIX**

Após os fortes serem construídos (que começou na metade do século XVIII com o Brigadeiro Militar José da Silva Paes e primeiro governador da Província de Santa Catarina), construções estas que serviram para proteção do Estado de Santa Catarina e da parte meridional do Brasil, os três mais importantes do século XVIII, Forte de Santa Cruz (Anhatomirim), São José da Ponta Grossa, e Santo Antônio (Ratones), entraram em “descrédito” logo na entrada do século XIX. Essas construções ficaram abandonadas e inoperantes no começo dos anos 1800. O navegante russo, Krusenstern, em 1802, após visitar a Fortaleza de Santa Cruz (Anhatomirim) observou apenas “vinte canhões que, em sua maioria, parecem estar em péssimas condições”. Um outro visitante chamado Golownin, em 1808 complementou dizendo:

As construções dos fortes foram deixadas sem cuidado e estão em péssimo estado. Acrescentamos que não possuem um número suficiente de canhões. Mesmo os canhões que estão em algumas baterias não parecem bons para serem usados. Foram fundidos no século XVII ou talvez antes e foram completamente abandonados. Com o tempo a ferrugem os tornou imprestáveis [...] as carretas apodreceram.<sup>1</sup>

Langsdorff escreveu em 1812 o seguinte sobre o sistema defensivo na Barra Sul e Norte de Santa Catarina:

Todos os acessos à ilha são providos de fortes com artilharia e guarnição, mas em caso de ataque, não poderiam se defender por longo tempo. Navios menores como, por exemplo, iates, brigues, etc, podem alcançar a cidade através da entrada do sul do estreito, navios maiores devem usar a entrada norte que é mais segura e vantajosa. Esta entrada é defendida por dois fortes: um, o forte da Ponta Grossa, situa-se na ponta N.O da Ilha de Santa Catarina e o outro, próximo à terra firme, acha-se sobre uma pequena Ilha (atomeri) e é chamado “Forte de Santa Cruz” (VEIGA, 1991, p. 20-21).

Outro viajante que fez voz com os outros estrangeiros já citados, sobre a “ineficácia” do sistema defensivo da Baía Norte de Santa Catarina nas primeiras décadas dos 1800, foi Saint Hilaire, que em 1820 disse:

Na costa ocidental e margem oposta, construíram há quase um século diversos fortins de pouca importância e dos quais alguns, por ocasião da minha passagem por

---

<sup>1</sup>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC). Jornal **Diário Catarinense**, 04 de Março de 1996.

ali, haviam sido reparados e postos, tanto quanto possível, em condições de preencher os seus fins. É o mais importante o de Santa Cruz d'Anhatomirim, ou simplesmente de Santa Cruz destinado a proteger contra o inimigo a entrada setentrional do braço de mar que separa a Ilha de Santa Catarina do continente (CABRAL, 1972, p. 26-27).

Porque Krusenstern, Golownin, Langsdorff e Saint Hilaire tiveram na entrada do século XIX, a mesma percepção das fortalezas como algo ineficaz que outrora, no século XVIII, foram erguidas para proteger a entrada Norte e Sul de Santa Catarina?

Cabral explica porque as fortalezas, principalmente aquelas que defendiam a Barra Norte (Anhatomirim, Ratoes e Ponta Grossa), entraram em descrédito depois. Isso ocorreu quando da invasão dos espanhóis, em 1777, na parte Norte de Santa Catarina. As forças dos espanhóis constavam de “117 embarcações, aproximadamente 670 canhões e um contingente de tropas de cerca de 12 mil homens” (CABRAL, 1972, p. 120).

Mas segundo Cabral esse descrédito é “indevido”, ou em outras palavras, isso é absurdo. Ou seja, não foi a ineficiência das fortalezas que permitiu essa invasão, mas sim, “a incapacidade dos homens da cúpula administrativa em realizar as ordens oriundas do Reino, dando margem a disputas que levaram ao derrotismo que acabou no pânico que entregou Santa Catarina ao inimigo” (CABRAL, 1972, p. 32).

Sobre essa incapacidade administrativa dos governantes um pouco antes da invasão espanhola, a professora Piazza diz que na Ilha catarinense existia uma ‘desarmonia entre o comandante Geral das Tropas, o Marechal de Campo Antonio Furtado de Mendonça e o governador da Capitania de Santa Catarina, Pedro Antonio da Gama Freitas, que redundou no desequilíbrio do comando das tropas e das fortalezas, e da inoperacionalidade do sistema de fortificações’.<sup>2</sup>

Para o leitor entender o dito ‘fracasso’ ou “descrédito” do sistema militar das três importantes fortalezas da Baía Norte, usarei um exemplo breve. As fortalezas, não só as exclusivamente de Santa Catarina, mas do Brasil e até de outros países no século XVIII, deviam ser apenas um complemento defensivo contra o inimigo. Esse complemento deveria ser auxiliado por navios ou esquadras de Guerra, bem como um número suficiente de soldados da infantaria. No caso do Brasil, o governo português armou uma esquadra para tentar barrar o avanço dos espanhóis, composta apenas por 12 barcos de guerra com cerca de 462 peças de artilharia. A tropa portuguesa encarregada de proteger a Ilha, só contava com 2.000 homens (SOUZA, 1991, p. 18-19). Por isso, não devemos nos surpreender com o pânico e fuga dos soldados, e com a tomada fácil dos espanhóis da Ilha catarinense. Como historiadores, devemos quebrar essa estória que até hoje muitos catarinenses contam, de que as fortalezas só serviam de enfeite e que seus canhões eram apenas uma farsa bélica.

O quadro a seguir mostra o poder de fogo das fortalezas na véspera da invasão espanhola e a quantidade de munições que a capital da província dispunha. Mostra-nos também que Desterro tinha a enorme capacidade de repelir os invasores, ou pelo menos impor-lhes grandes baixas.

---

<sup>2</sup> PIAZZA, Maria de Fátima Fontes. **A invasão espanhola na Ilha de Santa Catarina**. 1978. 220 f. Dissertação Mestrado. Universidade de Brasília, DF, 1978.

**TABELA 1:** Artilharia e munições

	Forte de P. Grossa	Forte de Sta. Cruz	Forte de Ratonos	Forte da Barra Sul	Armazéns da Capital	Campo do cubatão	Total
Canhões de bronze	9	22	2	-	12	7	52
Canhões de ferro	33	42	12	13	45	-	145
Barris de pólvora	49	265	11	19	74	346	764
Cartuchos de canhão	599	1.564	31	264	1.190	-	3.648
Granadas de mão	770	293	-	97	390	79	1.629
Cartuchos de fuzil	6.429	8.777	-	1.640	94.480	4 cx.	111.326
Balas de canhão	1.924	12.576	3.788	1.229	4.814	2.811	27.142 <sup>3</sup>

Como o sistema defensivo da Barra Norte não contava com esses dois auxílios importantes (tropas e embarcações suficientes), a entrada dos espanhóis ficou bem mais fácil. Por isso, como disse Cabral, foi e é indevido dizer que as fortalezas só serviam para colocar medo e nada mais. Enfatizando mais uma vez, o problema não estava nas fortalezas e nas suas armas, mas sim na má administração da cúpula do Reino (Portugal) em oferecer meios para defender as suas possessões além-mar, e como já comentado, se deu devido a divisão de comandos entre o Comandante das Tropas da Ilha catarinense e o seu Governador, o que causou uma confusão nas tropas, e a deserção dos soldados.

Cabral continua afirmando que depois do ataque espanhol nada conseguiu reabilitar o sistema defensivo catarinense. Santa Cruz, no período imperial, nos anos alternados de 1835, 1849 e 1851 sofreu alguns reparos, mas todos eles insuficientes. Um decreto criado em 7 de Janeiro de 1820 visava dar “providências para defesa da Ilha de Santa Catarina e continente visinho”.<sup>4</sup> Nesse Decreto dirigido a João Viera Tovar e Albuquerque, então Governador da Ilha de Santa Catarina, pede-se para a Fortaleza de Santa Cruz se tornar num local impenetrável. Para isso, nem o mato deveria ser cortado. Ainda segundo “El-Rei” (João VI), conviria empregar barcas canhoneiras para a defesa do local. Como a Fortaleza de Santa Cruz servia tanto para a defesa da Ilha como do continente visinho, “El-Rei” ordenava que “pela

<sup>3</sup> MUSEO MITRE (B. Aires) – Leg. 1777/1778 – Cópia do manuscrito *Relación de la artilleria y municiones que han tomado en la Islã Sta. Catalina y sus fortalezas* / ARCHIVO GENERAL DE LA NACION – LEGAJO IX. 21.5.1 *apud* MOSIMANN, João Carlos. **Ilha de Santa Catarina 1777-1778: A invasão espanhola.** Florianópolis: Edição do Autor, 2003, p. 138.

<sup>4</sup> Cf.: <[http://www.archive.org/stream/coleodasleis51brazgoog/coleodasleis51brazgoog\\_djvu.txt](http://www.archive.org/stream/coleodasleis51brazgoog/coleodasleis51brazgoog_djvu.txt)>.

minha Real Fazenda façais ahi construir seis referidas barcas canhoneiras, que ficarão pertencendo a mesma Fortaleza de Santa Cruz como parte da Fortaleza, por consequência debaixo da inspeção, e responsabilidade do seu respectivo Comandante ou Governador”.<sup>5</sup> O mesmo Decreto determinava que a Fortaleza de Ratoões se servisse de armazéns, cuidando em não destruir as mesmas. Já os outros fortes que se julgavam na época como não servindo mais para a defesa, que se utilizasse em outros serviços úteis, o que não aconteceu com alguns fortes de porte pequeno, como o de São João, São Francisco Xavier e São Luís. Estes últimos foram vendidos para companhias privadas. O primeiro a 2 de dezembro de 1839 e o segundo em 31 de Agosto de 1841, a preços considerados irrisórios – 202.000 réis - , que segundo Cabral, era um “preço menor do que valia a cantaria (pedras de base) de seus portões”(CABRAL, 1972). Segundo Colaço (1983), fizeram no local desses fortes um porto para atracamento de embarcações, já que estavam rente ao mar (na área conhecida hoje como Beira Mar Norte), que traziam víveres para Desterro. Já o forte de São João, no final do século XIX o governo não fez mais questão de preservar e acabou em ruínas, hoje totalmente inexistente.

Outro Decreto de 22 de Janeiro de 1820, “cria no Conselho Supremo Militar uma Comissão de Inspeção das Praças e Fortalezas de guerra” (CABRAL, 1972). Esse Decreto visava organizar comissões (geralmente compostos de engenheiros militares), para verificar o estado das fortalezas catarinenses. Isso incluía ver quais reparos elas precisavam, deixá-las sempre com um bom suprimento de munição, ver a situação das armas que elas tinham, etc. Esse Decreto, reforçado com os parágrafos 65, 66, 67 e 68 do Regimento do Exército de 20 de Fevereiro de 1708 (CABRAL, 1972), determinava que os Governadores ou quaisquer outros Comandantes de Praças, de Fortalezas ou Baterias, fossem obrigados a zelar pela conservação e bom estado da artilharia, e que utilizassem se fosse preciso, a mão de obra dos soldados para o reparo das “muralhas, quartéis, armazéns, estacadas” e outros concertos diversos nas fortalezas. Esses Comandantes deveriam pedir ao Governador da Província dinheiro para essas devidas reparações, e não tendo a Província recursos, devia mandar um relatório com o orçamento ao governo central, descrevendo o montante a ser utilizado nas obras.

Alguns relatórios dessas comissões estão transcritos neste trabalho, em trechos de cartas ou de jornais, ligados cada uma com as suas respectivas fortalezas. Porém, em 1821 o Príncipe Regente achou por bem suspender por Decreto de 5 de Junho as leis referentes ao exercício da Comissão de Inspeção das Praças e Fortalezas de Guerra, que havia sido criada em Janeiro de 1820.<sup>6</sup> Mesmo com as adversidades que as Fortalezas catarinenses enfrentaram, elas nunca estiveram esquecidas. Thaís Colaço, no seu trabalho desenvolvido em 1983, escreveu que “entre 1788 e 1872, foi demonstrado interesse em se conservar as fortificações, isoladamente uma das outras” (COLAÇO, 1983).

Colaço fez um balanço geral sobre o estado das fortificações catarinenses no período Imperial. Ela não fez um trabalho cronológico sobre a situação de cada fortificação e seus respectivos reparos, mas nós podemos acompanhar que as fortalezas de modo algum, apesar

---

<sup>5</sup> Cf.: <[http://www.archive.org/stream/coleodasleis51brazgoog/coleodasleis51brazgoog\\_djvu.txt](http://www.archive.org/stream/coleodasleis51brazgoog/coleodasleis51brazgoog_djvu.txt)>.

<sup>6</sup> Ofício nº 81, de 20/04/1804 *apud* CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **As Defesas da Ilha de Santa Catarina no Brasil Colônia**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1972, p. 33.

de alguns desleixos da administração pública da época, não estiveram fora dos assuntos provinciais daquele século XIX.

Antes de partirmos para o estudo mais detalhado dos sistemas defensivos catarinense, acrescentando algumas coisas ao que Colaço escreveu sobre as fortalezas que estão divididos neste trabalho por subtítulo, darei um breve resumo do que se passava nas últimas décadas dos 1800. Por exemplo, em 1872, o Presidente da Província, Ulhoa Cintra Jr, informara ao seu sucessor o péssimo estado de construção que as fortalezas se encontravam, e que as únicas que tinham comandantes eram a Fortaleza de Santa Cruz e da Barra do Sul, sendo ambas guarnecidas por praças inválidos. Ao assumir o governo catarinense (1876)<sup>7</sup>, João Capistrano Bandeira declarou que “a maior parte das praças da companhia, de Inválidos, guarnecia as fortalezas desta província [...] excetuando a fortaleza de Santa Cruz”(COLAÇO, 1983, p. 12.)

Em 9 de Junho de 1876, o Tenente Coronel de Engenheiros, Sebastião de Souza e Melo, foi nomeado para vistoriar as fortificações da Ilha. É interessante e ao mesmo tempo intrigante essa vistoria feita por Sebastião de Souza, assim como as observações dos homens citados acima dando cada um o seu parecer sobre as fortalezas, por que as inspeções das fortalezas continuaram sendo feitas mesmo após a suspensão das leis de Janeiro de 1820, pelo Decreto Imperial de 1821. E essas inspeções, ou pequenas comissões organizadas a mando dos governadores provinciais, como veremos no desenvolvimento do trabalho, eram costumeiras ao longo da metade e término do século XIX.

Em 1884, após ter sido feito um relatório sobre as fortificações, constatou-se que a Fortaleza de Santa Cruz estava em bom estado, só precisando reparar o quartel, reconstruir a capela e fazer uma nova muralha para o paiol.

A Fortaleza de Santa Cruz precisava de uma ligeira caiadura e pintura. A fortaleza da Barra do Sul, como estava em ruínas, ficou fora das reformas no âmbito das obras militares. O forte de São João estava em ruínas e o Forte de Santo Antônio, só se aproveitava a casa de cuidados aos lazarentos.

Uma observação a ser feita, é que a palavra que remete a lazareto neste trabalho, não necessariamente se refere à hanseníase ou lepra como conhecemos hoje. Segundo o dicionário Michaelis, lazareto pode significar “1) Estabelecimento isolado, existente nos portos, onde fazem quarentena os viajantes provenientes de países onde reine uma doença epidêmica ou contagiosa; 2) Hospital para lazarentos.”<sup>8</sup> “Lazarento” pode significar uma pessoa que tinha uma doença incurável para a medicina da época.

Não podemos tirar conclusões precipitadas de que estes quatro fortes no parágrafo anterior estavam abandonados pela máquina pública. Como veremos a seguir, é que havia muitos reparos a fazer nas fortalezas e poucos recursos para tocar as construções e as reformas necessárias. Se antes o Império ajudaria as províncias nas construções e reparos das fortalezas, por força do Decreto de 22 de Janeiro de 1820, isso mudou depois que essa lei foi derrubada no ano seguinte. Por isso, o governo catarinense tinha que ver quais edifícios militares (fortalezas) que tinham mais prioridades para receber recursos dos seus cofres. Até porque Santa Catarina tinha outras despesas que não eram só voltadas para questões militares.

---

<sup>7</sup> Cf.: <[http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/santa\\_catarina](http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/santa_catarina)>.

<sup>8</sup> Cf.: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?>>.

Por exemplo, por que a fortaleza da Barra do Sul (Araçatuba) ficou fora no âmbito das obras militares? Porque essa minúscula estrutura militar não precisava mais exercer um papel importante assim como na metade do século XVIII, na contenção de uma possível invasão espanhola por esse local onde ela se encontrava. A segunda hipótese pode ser a sua localização, que estava muito mais longe do poder provincial de Santa Catarina em comparação com as fortalezas de Anhatomirim, Ratores e Ponta grossa (São João), que por sua vez eram as maiores e que não só atendiam as necessidades do exército, mas da população civil em caso de epidemias (quarentena) ou até de prisão.

Outra explicação para as fortalezas sempre estarem precisando de reparos, como é o exemplo da própria fortaleza de Anhatomirim, que precisava de caiadura, assim como de outras que veremos, é que nem todas eram reparadas de uma vez só. Por exemplo, se concertava primeiro uma parede, depois era reparada uma cobertura e um determinado imóvel que fazia parte de uma mesma fortaleza, depois se arrumavam o paiol e assim vai. Esses concertos podiam levar meses ou anos, dependia da verba disponível.

### **Forte Santo Antônio (Ratores)**

Localizado em Ratores Grande, o local começara a ser adaptado para acolher os lazaretos em 1851. Segundo Colaço, em 1859 o local foi desarmado abrigando o telégrafo aéreo (COLAÇO, 1983, p. 18). Não foi possível saber durante a pesquisa, se a fortaleza foi desarmada no sentido de que não havia mais soldado, ou se simplesmente continuou a ter um corpo militar presente, mas sem os canhões e demais armamentos para guarnecê-la. Se esta hipótese for certa, isto logo mudaria nos anos seguintes. Por exemplo, em 1878 a fortaleza serviu como depósito de carvão dos navios da Armada. Durante a Revolução Federalista, foi montada uma peça de artilharia alemã no local, conhecida como Witworth, que até hoje pode ser vista no local por visitantes, apontando para a entrada da edificação.<sup>9</sup> Logo depois da dita Revolução, a Marinha estabeleceu no local um depósito de carvão mineral. Ainda em 1883, o Forte de Santo Antônio é novamente reformado para servir de quarentena, para completar a estrutura de lazareto da Fortaleza de Santa Cruz, que servia na época também para o mesmo fim.

Em 01 de Outubro de 1884,<sup>10</sup> o Engenheiro Militar Ferreira d'Abreu, escreveu ao Presidente da Província de Santa Catarina, José Lustosa da Cunha Paranaguá, o seu parecer sobre a Fortaleza de Ratores, após ele ter visitado este sistema defensivo em 29 de Setembro do mesmo ano.

Ferreira d'Abreu disse que a Fortaleza apresentava infiltrações, a ponto de se colocar as mãos na parede e tira-las “molhada, e barihadas de tijolo”, sendo “imprópria e prejudicial

---

<sup>9</sup> BOITEUX, Lucas A. As Fortificações de Santa Catarina. Ligeiro Histórico, **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro, 17/03/1957 *apud* COLAÇO, Thais Luzia. **Construções e Conservações das Fortificações da ilha de Santa Catarina do Período Colônia**. Florianópolis: UFSC, 1983.

<sup>10</sup> Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC). **Obras Militares da Província de Santa Catarina**.

ao tratamento dos enfermos”, que chegavam no porto da “Capital” (Desterro) “affectados de cholera-morbus”.<sup>11</sup>

No ano em que Ferreira escreveu para Paranaguá, o mundo se viu diante da temível pandemia de cólera. Países de diferentes partes do mundo estavam enfrentando o que se conheceu como a quarta pandemia (1863-1875) considerada catastrófica. Na Índia, por exemplo, a quantidade de mortos chegou a 360 mil e na Europa 450 mil. No Brasil, a epidemia chegou no final de 1860, atingindo em 67 o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Mato Grosso, onde a moléstia ceifou mais vidas do que na guerra do Paraguai, cujas baixas chegaram a 100 homens por dia.<sup>12</sup> Uma notícia que saiu no jornal *O Mercantil*, em Desterro, teve como notícia a seguinte manchete:

O estado de saúde pública, satisfatório na môr parte das Províncias, tem contudo sido afflictivo em vários termos do Rio Grande do Norte, Parahyba, Pernambuco, Alagoas, e Sergipe, e em quasi todos do Ceará, invadidos pela cholera-morbus. O governo não cessa de fornecer os necessários socorros ás victimas desse flagelo.<sup>13</sup>

Apesar de Desterro (Santa Catarina), no ano que Ferreira d’Abreu escreveu a carta, ter passado dos anos da cólera que afligiu a província (1867), é possível que esses doentes que estavam chegando à “Capital” viessem de São Paulo, onde a quinta pandemia foi de 1881-1896. Estes doentes provenientes de São Paulo chegavam na “Capital” catarinense de barco. No porto, as autoridades providenciavam que essas pessoas fossem recolhidas em locais adequados, sendo levadas ao Forte Santa Bárbara (pois antigamente o local onde se situa o Forte era o mar, diferente de hoje, e quando o antigo edifício militar funcionava como porto), e também para a Fortaleza de Ratoles. Por isso entendemos as preocupações de Ferreira d’Abreu com respeito a estrutura de Ratoles, por esta apresentar infiltrações, sendo portanto imprópria para receber essas pessoas com suspeita de estarem contaminadas com a cólera.

Por que a Fortaleza de Ratoles era considerada um ponto estratégico (fora a sua utilidade como resguardar a ilha de potenciais inimigos), para o tratamento de enfermos da cólera? Por que a sua localização é em uma ilha (situada entre a Ilha de Desterro e a parte continental conhecida por Biguaçu) só sendo possível chegar a ela por embarcação. Desse modo, tanto aqueles que moravam em Desterro como em Biguaçu e suas imediações estariam livres de serem contaminados.

### **Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim**

A Fortaleza de Santa Cruz teve a sua inspeção realizada em 1834 por Jerônimo Francisco Coelho, onde viu que os edifícios precisavam ser reformados. Ainda segundo Henrique Boiteux (BOITEUX, 1942, p. 17), não se contentando com as inspeções de Anhatomirim, Jerônimo Coelho passou para o ‘continente, a fim de demarcar os terrenos que

---

<sup>11</sup> APESC. Ofícios Presidente Províncias. **Engenheiros**. De 1883/84.

<sup>12</sup> Cf.: <<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/colera/colera-8.php>>.

<sup>13</sup> Biblioteca Pública de Santa Catarina (BPSC). **O Mercantil**. Domingo 10 de Maio de 1863, p. 1.

nas Caieiras constituíam o padraço (terreno que fazia parte) da referida fortaleza'. Foi nomeado para administrar as obras, Lucio Hypolito de Camargo.

Feliciano Pires, Presidente da Província de Santa Catarina, recebe uma carta datada de 17 de Janeiro de 1834,<sup>14</sup> onde é alertado para tornar a Fortaleza de Santa Cruz “em estado de defesa”, para “salvar as embarcações Nacionais e Extranjeiras”. Infelizmente a carta não nos responde o motivo para a fortaleza estar “em estado de defesa” e salvar as embarcações. Apesar do pouco conteúdo da carta, sabemos da importância desse alerta, pelo caldeirão de revoltas e rebeliões em todo o Império, o que refletia uma certa apreensão em outras províncias, inclusive em Desterro. Por exemplo, no mesmo ano da carta, estava acontecendo a revolta dos Cabanos<sup>15</sup>. O ano de 1834 revela-se um ano conturbado. Um ano depois, Antonio Feijó assume a regência, e novas revoltas de cunho separatista que ameaçam a unidade territorial, acontecem em outras províncias brasileiras<sup>16</sup>.

Mesmo que a nação naquela época estivesse dentro de um “caldeirão” de instabilidades, era preciso que o transporte de mercadorias via mar, continuasse em perfeito funcionamento, o que era garantido pelas instalações militares como as Fortalezas, nesse caso a Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim.

Em 1837, José Joaquim Machado de Oliveira, recebe um ofício, onde consta que Santa Cruz não serve mais como defesa militar da Ilha. Propôs-se a demolição da casa do comandante, com o intuito de fazer outra menor com o mesmo material. O ofício também sugere a demolição da capela e armazém, a reforma dos outros edifícios e concerto das muralhas, além dos desmembramentos das peças de artilharia.

Em 8 de Junho de 1843, o Tenente Coronel do Imperial Corpo de Engenheiros, Patrício Antônio de Sepúlveda Everard, escreveu a seguinte carta ao Presidente da Província do Desterro, José Ferreira de Brito, e também Marechal de Campo:

Recolhendo-me ontem da Fortaleza de Santa Cruz da Barra, tenho a honra de dirigir a V. Sr<sup>a</sup> o orçamento dos materiais, e mão de obra a dispender no reparo da mesma Fortaleza, bastante interessante, considerada como ponto de registro. Não meti em conta os materiais de que abunda, como pedras, areia, barro e as que se podem aproveitar das obras demolidas.

Julgo que se levar a efeito o concerto deverão os melhores serem desmanchados, e reduzirem-se a barretes todas as baterias; sistema hoje adotado pelo princípio de fortificações marítimas, que ocioso seria apontar a V.Ex.<sup>a</sup>. Posto que não esteja forte o orçamento; se V. Ex.<sup>a</sup> se servir do mestrado econômico que em tais casos, e com tanto proveito tem estado, poderse-ha reduzir talvez a metade, e que fácil e de conceber fazendo-se a cal nas proximidades da fortaleza, cortando-se ali as madeiras, empregando na obra soldados pedreiros, carpinteiros, e serventes com pequena gratificação. Tendo concluído por este modo parte da Comissão d'orçamento, de que V. Ex.<sup>a</sup> m'encarregou, fico esperando se digne facilitar-me transporte marítimo para barra Sul, a fim de concluí-la.<sup>17</sup>

---

<sup>14</sup> APESC. Ofícios Presidente Províncias. **Engenheiros**. De 1835, p. 23.

<sup>15</sup> Cf.: <[http://www.libertaria.pro.br/brasil/capitulo9\\_index.htm#revoltas](http://www.libertaria.pro.br/brasil/capitulo9_index.htm#revoltas)>.

<sup>16</sup> Cf.: <<http://www.juraemprosaeverso.com.br/HistoriaDoBrasil/AREgencia.htm>>.

<sup>17</sup> APESC. Carta do Tenente Coronel de Engenheiros, Patrício Antônio de Sepúlveda Everardi ao Presidente da Província. **Desterro**, 8 de Junho de 1843, p. 283.

O que pode parecer para o leitor despercebido, nesta carta de Sepúlveda Everard, é que a Fortaleza de Santa Cruz, assim como todas da Província catarinense, estavam relegadas ou abandonadas pelo poder público, e por isso não existia a necessidade em gastar dinheiro com os ditos “edifícios”. Porém, isso era antes um reflexo da despesa, ou melhor, da crise financeira do Império. Se as Fortalezas da Capital catarinense estavam em “abandono”, o mesmo se pode dizer de todos os sistemas defensivos do Brasil (talvez se excetuando os do Rio de Janeiro). Por exemplo, “a despesa geral do Império”<sup>18</sup> segundo o artigo 1, “para o exercício de 1843-1844 é fixada na quantia de 23. 797: 24\$327”. Assim como nos governos provinciais, o império tinha outras despesas mais importantes para cobrir, e o dinheiro a ser usado tinha que ser bem administrado, não sendo possível aplicar nos reparos das fortalezas da nação. E como já vimos, o Império não estava mais com a obrigação de ajudar as províncias na estrutura das fortalezas, após o Decreto de 5 de Junho de 1821. Um outro ponto para se comentar nesta carta de Sepúlveda, é que mesmo não valendo mais o Decreto de 22 de Janeiro, onde os Comandantes e Governadores poderiam usar a mão de obras dos soldados, essa prática ainda era costumeira. Em 1863 é feito o reparo na Fortaleza e a construção da nova bateria. Em 1870, começa o estudo para se utilizar a Fortaleza de Santa Cruz como lazareto, devido às condições favoráveis da mesma.

Sebastião de Souza e Mello remete ao Presidente da Província, André Cordeiro d’Araujo Lima, uma carta datando de 25 de Fevereiro de 1870,<sup>19</sup> especificando o montante necessário para a reestruturação da Fortaleza de Santa Cruz, totalizando 72 mil réis. As suas três salas “sendo duas de 74 palmos sobre 39 e uma de 48 igualmente sobre os mesmos 39 palmos com dous quartos contíguos muito próprias para o aposento do médico e boticário”, precisava ser restaurada com o dinheiro dos 72 mil réis. Se este dinheiro não fosse suficiente, os outros reparos seriam feitos posteriormente como de costume.

A preocupação na manutenção da Fortaleza de Santa Cruz era muito requerida, por ser o maior dos edifícios de defesa do meridiano brasileiro (mas que no momento não estava sendo usada para fins militares), além de estar situada na barra norte da ilha Desterro, uma das principais entradas da província, e considerada estratégica tanto no século XVIII como no XIX. A Fortaleza não só foi útil na defesa nacional e no cuidado da população civil enferma (assim como a fortaleza de Ratonas), como hospital para os feridos da Guerra do Paraguai (os chamados inválidos), Guerra esta que acabara no mesmo ano da escrita da carta.

Por isso, a reestruturação da Fortaleza oferecia o suporte para esses feridos, como também para os enfermos (lazareto).

Em 1872, o então Presidente da Província, Delfino de Ulhoa Cintra, diz que a Fortaleza de Anhatomirim (Santa Cruz), encontra-se em bom estado, e que o local poderia ter um farolete, e podendo ser usado como lazareto.

Lucas Boiteux (BOITEUX. L. 1957), diz que os faroletes existentes em Anhatomirim foram substituídos por outros com um alcance maior, solicitado pelo Ministério da Marinha.

---

<sup>18</sup> Cf.: <<http://goo.gl/7TcDBO>>.

<sup>19</sup> APESC. Ofícios Presidente Províncias. **Engenheiros**. De 1870, p. 42.

Em 21 de Junho<sup>20</sup> de 1872, a Fortaleza de Santa Cruz passar para o comando do Major reformado Fortunato Jose Dias, substituindo o Tenente-Coronel, também reformado, Manoel Geraldo do Carmo Barros. O Presidente da Província, mandou neste período, uma força do 17 batalhão de infantaria, composta por um oficial subalterno e 33 praças de pret[...] para fazer a guarda dos presos e loucos detidos naquela Fortaleza. Isso nos mostra que a fortaleza foi usada como um asilo.

Temos o seguinte parecer do Presidente da Província sobre Santa Cruz: “A Fortaleza de Santa Cruz, construída com proporções vastas, está toda em ruínas e desartilhada. Conviria, contudo aproveitar os muitos e vastos alojamentos que, apesar da solidez de construção, estão se esboroando pela acção das chuvas e ventos, de que são muito batidos”.<sup>21</sup>

No dia 13 de Julho, o Major Fortunato é exonerado do Comando da Fortaleza de Santa Cruz, assumindo o Capitão do Estado Maior da 2ª classe, Alexandre Augusto Ignácio da Silveira. Nesse ínterim, o Presidente pede além dos 3.936,075 rs, mais 1.227,324 rs para se concluir, “á solidez e conservação d’aquela elegante edificio”.

Segundo o Presidente da Província de Santa Catarina, João Tomé da Silva, em 1874 a guarnição de Anhatomirim era composta de praças inválidos do Exército. Como não é especificado de como esses soldados ficaram inválidos, supõem-se ou que eram veteranos da guerra do Paraguai, ou se se feriram em serviço. Todos eles estavam recolhidos como se ali fosse um asilo de velhos e inválidos (CABRAL, 1972, p. 33).

Em 1883, é finalizada as reformas da Fortaleza, porém, ainda em 1884, o quartel precisava de um novo telhado, a capela precisava ser reformada assim como o paiol e a muralha de segurança.

O reparo do quartel, bem como do almoxarifado, dispensa e faroleiro termina em 1885. Em 1888 serve como uma estação telegráfica, ligando-se com Desterro. Enfim, no ano da proclamação da república, é terminado os reparos na Fortaleza de Anhatomirim. É interessante ver, como os governantes de Santa Catarina naquela época puderam enxergar o potencial das fortalezas (neste caso Anhatomirim), não só no que diz respeito a sua utilização como hospital, prisão ou simplesmente quartel para soldados, mas como um centro onde uma nova tecnologia, representando o progresso e a modernidade, neste caso o telégrafo, traria para a capital catarinense.

As fortalezas catarinenses no século XIX, não eram vistas como edifícios militares que só tiveram proveito no período colonial, como até hoje infelizmente se supõe. Muito pelo contrário. Continuou a exercer não só as suas funções no campo defensivo por todo o oitocentos, como teve papel fundamental na vida civil, melhor dizendo, social e cotidiano da população de Desterro. Sintetizando em poucas palavras, as fortalezas puderam perfeitamente conciliar o antigo (a época colonial) com o moderno (os avanços tecnológicos sentidos no final do XIX).

---

<sup>20</sup> BPSC. Jornal **O Despertador**, 22 de Maio de 1877.

<sup>21</sup> BPSC. Jornal **O Despertador**, 22 de Maio de 1877.

### **Fortaleza De São José (Ponta Grossa)**

Na época da sua construção e uso militar, funcionava tanto como um dos três vértices de proteção da Baía Norte de Santa Catarina (junto com a Fortaleza de Santo Antônio e da Fortaleza de Santa Cruz), como prisão.

Em 1833, a Fortaleza foi desmilitarizada, e trinta anos depois achava-se em ruínas.

Jerônimo Coelho (BOITEUX, 1942, p. 17), participou da inspeção à Fortaleza em 1838. Apresentou um detalhado relatório descritivo do terreno, acompanhado dos respectivos mapas da medição e demarcação.

Foram usadas em 1878, algumas de suas ruínas para reformar a Fortaleza de Ratoles, usada então como lazareto.

Uma nota no jornal *O Despertador* de 16 de Agosto de 1881, e expedido na edição do dia 31 de Agosto, sob o título “Fortaleza da Ponta Grossa”, o Ministério da Guerra expede um comunicado ao Presidente da Província de Desterro (possivelmente João Rodrigues Chaves),<sup>22</sup> sobre o abandono da Fortaleza e a demolição sofrida, por moradores da redondeza com o objetivo de se utilizar material da fortificação na construção de casas. Na nota do Jornal lemos:

Constando do relatório apresentado pelo Major de engenheiros Antonino Jose Ramos, ora falecido, e que acompanhou o seu officio nº 3 de 8 de Janeiro ultimo, que a fortaleza de S. José da Ponta Grossa acha-se de todo imprestável, em consequência de haverem particulares derribado os edifícios alli existentes, e até as obras de fortificação, para fazerem suas propriedades encostadas ás baterias; recomendo a V.Ex. que mande proceder contra aqueles indivíduos com todo o rigor das disposições que defendem a propriedade nacional das apropriações clandestinas, responsabilizando-os pelo valor dos prédios demolidos e outros damnos causados.

Porém, não há registros sobre uma iniciativa das autoridades locais em conter a depredação da comunidade local. Pelo menos nós inferimos que a fortaleza não contava com um regimento militar guarnecendo o local, pois caso contrário o Ministério da Guerra não expediria esse comunicado ao governador João Rodrigues. De qualquer forma, o terreno pertencia ao Império, e por isso o ministério da Guerra cobrava providências das autoridades locais.

### **Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição da Barra do Sul (Araçatuba)**

Em 1814, a Fortaleza da Conceição era comandada pelo Sargento-mor Custódio Teixeira Pinto (CABRAL, 1972, p. 45). Em três décadas diferentes, 1837, 1843 e 1850, o Tenente Coronel e Engenheiro Patrício Antônio de Sepúlveda Everard, pede autorização do presidente da Província, para fazer reparos na Fortaleza, tendo em vista o seu ponto estratégico na parte Sul da Ilha catarinense (CABRAL, 1972, p. 45).

---

<sup>22</sup> Cf.: <[http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/santa\\_catarina](http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/santa_catarina)>.

A fortaleza de Araçatuba, a exemplo da Fortaleza de Anhatomirim, serviu como prisão no governo republicano.

Segundo Cabral, em 27 de Julho de 1881, foram para o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, peças de bronze, pertencentes à Fortaleza de Araçatuba, de origem portuguesa e holandesa, datando de 1668, 1681 e 1682. Essas peças foram avaliadas em 100 contos de réis (CABRAL, 1972, p. 45).

### **Fortes de São Francisco Xavier e São Luís**

Em 1837, pensou-se em reparar o Forte de São Francisco, (localizava-se na Praia de Fora, baía norte, atual Beira Mar Norte, onde hoje é a Praça Esteves Júnior. Atualmente há dois canhões deste extinto Forte na praça) para fazer um quartel, ou outra construção com finalidades militares. Tudo leva a crer, conforme Cabral, que as duas construções militares obedeciam a um só comando, sendo o comandante, o Capitão José Antônio Veloso, natural da Colônia do Sacramento, contando com 58 anos de idade e 45 de serviço.

Em 1838, o Tenente Coronel e Engenheiro Patrício Antônio de Sepúlveda Everard, escreveu ao Presidente da Província, um projeto para construção de um trapiche, onde estavam localizados os Fortes São Francisco e São Luís, para o desembarque de produtos comerciais.

Como já dito no início deste trabalho, em 02 de Dezembro de 1839 e 31 de Agosto de 1841, é feito um leilão público, onde a preços medíocres, ambos os Fortes foram demolidos para outros fins (CABRAL, 1972, p. 40).

### **Forte Santana do Estreito**

O Forte Santana, hoje aos cuidados da Polícia Militar de Santa Catarina, localizada na Beira Mar Norte, entre a Ilha e o continente, teve algumas de suas estruturas, como telhado, paredes de varenda e o caiamento no seu interior, realizada em 1867.

Em 1869, outros reparos pequenos foram feitos no interior do edifício, foram pintadas à tinta óleo as portas e janelas, e concertadas os telhados do refeitório (cozinha). Em 1885, o Forte recebe pinturas nos seus reparos.

No Jornal *O Despertador* de 1877, sob o subtítulo *Fortalezas*, o Presidente da Província de Desterro encarregara da inspeção da Fortaleza de Sant'Anna, o Tenente Coronel Sebastião de Souza e Mello para reparar o edifício, com o objetivo de receber a companhia de (grupo de soldados) inválidos. Conta nessa época, que a Fortaleza possuía 4 peças de bronze de calibre 12.

O Jornal não notifica quem é o Presidente da Província de Desterro nessa época. Mas, José Bento de Araújo é o provável Presidente da Província de Santa Catarina de 1876-77. No "Relatório de Presidentes de Província", diz que "o exm. sr. dr. José Bento de Araujo abriu a

2.a sessão da 21.a legislatura da Assembléa Legislativa Provincial de Santa Catharina em 6 de março de 1877. Cidade do Desterro, Typ. de J.J. Lopes, 1877”.<sup>23</sup>

### **Forte São João**

O Presidente da Província, José Joaquim Machado de Oliveira,<sup>24</sup> em 1837 é notificado sobre as ruínas do Forte de São João, sendo aconselhado a reedificar a cozinha, e conservar a casa da pólvora encontrada em bom estado. Em 1840, o Presidente da Província e também Marechal de Campo Francisco Joze de Souza Soares d’Andrea<sup>25</sup> é novamente informado sobre o paiol da pólvora do Forte, onde se encontrava em bom estado para começar a reconstrução.

23 anos depois, 1863, o Forte São João estava em ruínas, estando em andamento um projeto para a construção de um fortim no mesmo local. Um relatório que saiu no Jornal *O Despertador*, de Março de 1864, tendo como título da matéria “Obras Militares”, registra sobre o andamento das obras do Forte de São João e da Fortaleza de Santa Cruz, cujos responsáveis eram os Tenentes Engenheiros Antonio Pereira Rebouças Filho e André Pinto Rebouças.

O relatório começa apresentando os trabalhos do Forte de São João, iniciados em Abril de 1863, já começando pelas baterias de costa da mesma. No contexto histórico, em Maio desse ano o Brasil rompe relações diplomáticas com a Grã-Bretanha, no episódio conhecido como *Questão Christie*. A briga só foi resolvida em 1865, data em que o Brasil já se encontrava na Guerra do Paraguai, iniciada em 1864.<sup>26</sup> Naquele mesmo mês de Abril, os únicos trabalhadores estavam compostos de 13 praças do Exército e 2 carpinteiros à paisana, responsáveis por “melhorar o pequeno quartel existente no lugar para dar-lhe accomodações próprias ao serviço das obras, e depois começaram a construção de um telheiro para deposito de materiais, já situado no terrapleno que se ia formando para a bateria”.

No mês de Maio (1863), a notícia é que o corpo de trabalhadores havia aumentado. Para complementar os serviços dos carpinteiros, foram incluídos outros militares, e no final de Maio, novas praças do Exército estavam encarregados como pedreiros e cavouqueiros.

Não se alterou muito o quadro de pessoal usado nas obras da fortificação nos meses seguintes, até o fim de Outubro de 1863.

Já em Março de 1864, existiam empregados nas obras “um apontador, três carpinteiros, quatro pedreiros, quatro cavouqueiros, e vinte e seis serventes e trabalhadores em terra todos praças do Exercito”.

Foi feito um esforço posteriormente para reconstruir o Forte, até mesmo comprando terrenos ao redor da fortificação, mas em 20 de Maio de 1864, foram suspensas as obras de restauração.

---

<sup>23</sup> Cf.: <<http://goo.gl/zuT3do>>.

Cf.: <[http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/santa\\_catarina](http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/santa_catarina)>.

<sup>24</sup> Cf.: <[http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/santa\\_catarina](http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/santa_catarina)>.

<sup>25</sup> Cf.: <[http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/santa\\_catarina](http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/santa_catarina)>.

<sup>26</sup> Cf.: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Quest%C3%A3o\\_Christie](http://pt.wikipedia.org/wiki/Quest%C3%A3o_Christie)>.

Em 1870 o Major dos Engenheiros, Sebastião de Souza de Mello, em um ofício ao Presidente da Província, André Cordeiro de Araújo Lima,<sup>27</sup> diz que a fortificação não poderia ser classificada como Fortaleza. Deveria servir de quartel a uma guarda de inválidos, para vigiar o depósito de pólvora.

Em 1880 tinha sido demolida a bateria primitiva, para dar lugar a uma outra, que talvez não tenha sido construída.

### **Forte Santa Bárbara**

No ano de 1862, o Forte Santa Bárbara é reestruturado para receber a Capitania dos Portos, tendo a preocupação de manter a sua arquitetura.

Em 1863, tenta-se refazer a sua arquitetura original, mas por não ter sido cuidada já havia um século, isso não foi possível.

Em 1871, é aproveitada parte de suas ruínas para a construção de um galpão, com o objetivo de receber imigrantes. Em 1873, o Forte estava desarmado. Entre os anos de 1874 e 1875, ainda continuava o projeto para a construção da Capitania dos Portos.

### **Considerações finais**

Por que relembrar a história dos Fortes e Fortalezas da antiga Ilha de Santa Catarina (Florianópolis)? Como já citado, os sistemas defensivos de Santa Catarina, apesar de alguns períodos deixados sem cuidados por parte do poder público da época, tiveram papéis importantes no século XIX. É claro que não serviram mais para afastar o perigo de forças hostis de outros países, como aconteceu no período colonial, mas as suas estruturas se voltaram para as necessidades internas da província catarinense.

Como disse o Major-General reformado, Arnaldo Ferreira (FERREIRA, 2004, p. 143), as fortificações luso-brasileiras, serviram no início para “proteção dos primeiros povoados e seus recursos; em seguida, na defesa dos principais centros urbanos; e, por fim, na consolidação dos limites territoriais”. Ou seja, as fortalezas passaram a acompanhar uma série de evoluções sociais durante a passagem do século XVIII e XIX, e acabaram desempenhando novas funções.

No caso das edificações militares de Santa Catarina, elas se encaixam no segundo item descrito por Ferreira. Porém, elas não só serviram para defesa do centro urbano de Desterro e da Ilha, mas como contenção da principal moléstia que preocupava a cidade naquela época, no caso, a cólera e outras doenças consideradas incuráveis, servindo algumas (Anhatimirim e Ratores) como lazaretos e detenção daqueles considerados rebeldes ao governo, durante a revolução Federalista, como asilo e brigada dos soldados inválidos, fossem da guerra ou de outros motivos.

---

<sup>27</sup> Cf.: <[http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/santa\\_catarina](http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/santa_catarina)>.

Mesmo que de forma discreta, as fortalezas continuaram operantes no século XIX. De construções de guerra na metade do século XVIII, as fortalezas de Santa Catarina se tornaram edificações de paz no século XIX (com exceção do triste episódio do fuzilamento em Anhatomirim na revolta federalista), servindo mais para cuidar da população, do que aparecendo nos anais da história em momentos decisivos de batalha. Talvez por esse caráter não mais belicista, que o governo provincial e mesmo imperial não tivesse mais dado tanta importância na manutenção das fortalezas, prevalecendo até hoje na estória popular somente o fantasma do fracasso das ditas fortificações na defesa da Ilha quando da invasão espanhola. Porém, mesmo que de forma camuflada, as fortalezas continuaram tendo o seu papel estratégico militar, mas muito mais no âmbito civil e público da província catarinense.

### **Referências**

- ALESC. As defesas da Ilha de Santa Catarina. **Diário Catarinense**, Florianópolis 04 de Março de 1996.
- APESC. Carta do Tenente Coronel de Engenheiros, Patrício Antônio de Sepúlveda Everardi ao Presidente da Província. **Desterro**, p. 283, 8 de Junho de 1843.
- APESC. Obras Militares da Província de Santa Catarina, **Desterro**, 13 de Junho de 1883.
- APESC. Obras Militares da Província de Santa Catarina, **Desterro**, 27 de Agosto de 1883.
- APESC. Ofícios Presidente Províncias. **Engenheiros**. De 1835, p. 23.
- APESC. Ofícios Presidente Províncias. **Engenheiros**. De 1870, p. 42.
- BOITEUX, Henrique. **Santa Catarina no Exército**. Rio de Janeiro: Bedeschi, 1942. 2v.
- BOITEUX, Lucas Alexandre. As Fortificações de Santa Catarina. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, 1957.
- BPSC. **O Despertador**, Desterro 22 de Maio de 1877.
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **As Defesas da Ilha de Santa Catarina no Brasil Colônia**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1972.
- COLAÇO, Thais Luzia. **Construções e Conservações das Fortificações da ilha de Santa Catarina do Período Colônia**. Florianópolis: UFSC, 1983.
- FERREIRA, Arnaldo Manuel de Medeiros. **Fortificações Portuguesas no Brasil**. Lisboa: Circulo de Leitores, 2004.
- MOSIMANN, João Carlos. **Ilha de Santa Catarina 1777-1778: A invasão espanhola**. Florianópolis: Edição do Autor, 2003, p. 138.

PIAZZA, Maria de Fátima Fontes. **A invasão espanhola na Ilha de Santa Catarina.** Dissertação Mestrado. Universidade de Brasília, DF, 1978.

SOUZA, Augusto Fausto de. Fortificações no Brazil. **Revista Trimestral do Instituto Histórico, Geográfico e Ethnographico do Brazil**, Rio de Janeiro, Tomo XLVIII, 1885.

SOUZA, Sara Regina Silveira de. **As Fortificações catarinenses:** notas para uma revisão histórica. Florianópolis: Imprensa Universitária, 1991.

TONERA, Roberto. **Fortalezas Multimídia.** Florianópolis: Editora da UFSC, Projeto Fortalezas Multimídia, 2001 (CD-ROM).

VEIGA, Eliane Veras da. **As fortificações catarinenses no Brasil colonial:** introdução ao seu estudo. Florianópolis: Imprensa Universitária, 1991.

---

Recebido em: 25/01/2013

Aprovado em: 26/08/2013